

A “ideologia de gênero”: uma estratégia política reacionária

The "gender ideology": a reactionary political strategy

*Ilda Renata Andreatta Sesquim*¹

¹ Mestra em História; Doutoranda em História. Universidade Federal de Ouro Preto.
E-mail: ildasesquim@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6896-5130>

RESUMO

Este presente artigo visa explorar o processo de construção do conceito de "ideologia de gênero" que nos últimos anos tem sido alvo de uma série de debates na sociedade civil e nas instâncias legislativas. Por meio da análise da influência das forças religiosas e conservadoras no seu processo de elaboração, buscaremos mostrar como este conceito foi moldado a partir de uma resposta reacionária aos avanços conquistados pelas lutas femininas e pela difusão das perspectivas de gênero. Para este fim, faremos uma contextualização histórica das lutas de gênero, de modo a apontar os principais debates que as acompanharam. Posteriormente exploraremos como a "ideologia de gênero", ao incutir na sociedade civil uma espécie de pânico moral, foi estrategicamente apropriada pelo jogo político e passou a funcionar como um emblema central do avanço do conservadorismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia de gênero; Gênero; Política.

ABSTRACT

This article aims to explore the process of constructing the concept of "gender ideology" that in recent years has been the subject of a series of debates in civil society and legislative bodies. Through the analysis of the influence of religious and conservative forces in their elaboration process, we will try to show how this concept was shaped from a reactionary response to the advances achieved by women's struggles and the diffusion of gender perspectives. To this end, we will make a historical contextualization of gender struggles, in order to point out the main debates that accompanied them. Later we will explore how the "gender ideology", by instilling in civil society a kind of moral panic, was strategically appropriated by the political game and began to function as a central emblem of the advance of conservatism in Brazil.

KEYWORDS: Gender ideology; Gender; Policy.

Introdução

Os temas sobre gênero e sexualidade têm ocupado nos últimos anos o centro dos debates políticos e morais no cenário brasileiro. Acompanhada, na maioria das vezes, por discursos dicotômicos e conflituosos, as pautas sobre as perspectivas de gênero encaminham a uma série de posicionamentos controversos que são apropriados pelas instâncias políticas com o objetivo de despertar a identificação no seu eleitorado. Em meio a essa disputa, as discussões sobre gênero comumente são utilizadas como uma espécie de barganha política, que visam a aprovação ou a reprovação por parte da sociedade civil.

Nesse processo de disputa político-discursiva ocorre uma intersecção com as esferas morais e religiosas, que não raramente são instrumentalizadas pelos setores políticos conservadores para promoverem uma forma de apelo moral entre seu público. A fim de fazermos uma leitura mais sistêmica dessas problemáticas que envolvem hoje as políticas gênero, retomaremos ao cerne da discussão que as modulam. Para isso, iremos recorrer a uma breve genealogia do conceito de “ideologia de gênero” com objetivo de tentar compreender o caráter reacionário que acompanhou a formulação deste termo. A nossa hipótese é de que esse conceito, marcado por um forte teor reacionário, surge como uma resposta aos avanços alcançados pela difusão das perspectivas de gênero e conseqüentemente pelas conquistas de direitos por parte da comunidade LGBTQIA+.

Através da disseminação de uma espécie de pânico moral entre a sociedade civil, o avanço do conservadorismo político no Brasil encontrou na luta contra gênero um terreno fértil para suscitar correspondência em seu eleitorado. Baseados em princípios morais e religiosos, ao ser apropriada por grande parte dos parlamentares, a construção da “ideologia de gênero” como

um inimigo nacional a ser combatido se tornou uma das bandeiras centrais do jogo político no país. Nesse sentido, buscaremos analisar o modo esse processo de construção de um inimigo passa a ser adotado como estratégia intrínseca ao conservadorismo no Brasil, tornando-se uma forte ferramenta de manipulação política frente à disputa pelos pleitos eleitorais.

“Gênero” e “ideologia de gênero”: História e disputa dos conceitos

Reinhart Koselleck constituiu-se como um marco fundamental para a história dos conceitos ao afirmar que estes são, simultaneamente, sintomas e produtores das transformações sociais. À luz dessa interpretação, os conceitos não podem ser concebidos como ideias ou palavras concretas. A partir de movimentos autônomos, capazes de produzir novas configurações, eles agem como fenômenos que atuam na sociedade e fazem parte das dimensões constitutivas da realidade. Como Valdeci Araujo pontuou em sua análise sobre a modernidade ibérica, no interior da linguagem, os conceitos “fazem a mediação entre experiência e expectativa, individual e social, o linguístico e o extralinguístico” (ARAUJO, 2008). Em meio a essas mediações, eles estão sujeitos a graus de consciência variados e tornam-se objetos de disputa social. Por esse motivo, ao longo da investigação e descrição de um conceito, “[...] tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investigava também a função política e social desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 104).

Como conceitos são configurados a partir de disputas e discussões, para pensarmos sobre o que é esse fenômeno denominado de “ideologia gênero”, é necessário antes retrocedermos a uma análise da constituição do próprio conceito de “gênero”. Em certo sentido, a história do conceito de gênero

exemplifica essa dupla condição sintomática e produtora da realidade social. Dentre as aberturas e restrições dos campos das ciências sociais, filosóficas e antropológicas na segunda metade do século XX, o conceito se insere como um objeto que abre a possibilidade para interrogar as diferenças sexuais através das distinções entre sexo e gênero.

Como indicado por Heilborn e Rodrigues (2018), foi a partir dessa diferenciação entre sexo e gênero que se delineou os argumentos para conceber as diferenças sexuais como produtos da cultura. Ao abandonar o essencialismo trazido pela suposta modulação natural dos papéis sexuais, o conceito de gênero abriu caminho para pensar as formulações do agir, do pensar e do sentir a partir de roteiros culturalmente construídos em vinculação com as características biológicas do sexo. Essa possibilidade de trabalhar a face social da construção dos papéis de gênero, permitiu, portanto, um maior questionamento dos pressupostos e costumes que formulavam o arranjo social.

O livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, publicado no ano de 1949, seria uma das obras percussoras que marcaria o início de reflexões mais intensivas sobre essas condições que colocavam as mulheres em posições subalternas. Mesmo que a publicação do livro fosse anterior a emergência do conceito de gênero, a defesa de que as características biológicas não poderiam ser um fator determinante de diferenciação entre os sexos já estava presentes em suas páginas:

Esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que os estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para

definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada (BEAUVOIR, 2016, p. 60, vol. I).

Com o questionamento desse destino biológico e imutável das mulheres, sugerindo que o sexo não poderia definir o ser mulher, Beauvoir desloca a ênfase do papel biológico como determinante para as questões morais. De certa forma, a obra da pensadora francesa se estabeleceu como um marco diferencial para as teorias feministas do século XX. Após a sua publicação, a crítica a condição de ensino e aos costumes que moldavam os papéis atribuídos ao sexo feminino abriu importantes debates que se desdobrariam sobre os papéis de gênero atribuídos aos homens e às mulheres e sobre as proposições da mulher enquanto categoria universal.

Foi com base nessas distinções entre a natureza biológica e as construções culturais das características atribuídas ao homem e à mulher, que o conceito de gênero começou a ser incorporado na Historiografia e nas Ciências Sociais. A partir da década de 1970, ainda de acordo com Heilborn e Rodrigues (2018), ao afirmar que a anatomia não era o único elemento definidor das condutas humanas, essa diferenciação entre sexo e gênero passou a ser utilizada como uma ferramenta conceitual e política fundamental nas lutas em defesa dos direitos das mulheres. Nesses termos, o conceito foi definido como um instrumento para analisar as formas de desigualdade social existentes entre os sexos e identificar, conseqüentemente, as relações assimétricas de poder existentes entre eles.

Na trajetória do conceito de gênero, as contribuições da historiadora Joan Scott foram elementos essenciais para que o uso do termo ganhasse maior visibilidade no debate sobre as desigualdades entre os sexos. Em seu artigo publicado na Revista *American Historical Review* no ano de 1986, intitulado *Gênero – uma categoria útil de análise histórica*, Scott define gênero em

duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.89). Nesse sentido, Scott (1995) sugere que o gênero nos permite interrogar como a diferença sexual se comporta nas relações sociais, pois, enquanto categoria analítica, o conceito nos fornece elementos para pensar as relações de poder e suas desigualdades a partir de novas perspectivas.

Scott (1995) mostra que o conceito, na sua forma de utilização mais recente, passou a ganhar destaque a partir de meados do século XX com o desenvolvimento de estudos feministas norte-americanos que buscavam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Dessa forma, o uso do termo “gênero” apontava na direção de uma rejeição do determinismo biológico, ressaltando o aspecto relacional das definições normativas do que seria a feminilidade.

É importante destacar que, embora essa definição sobre o conceito de gênero fosse amplamente difundida entre as academias e os movimentos feministas, as diferenciações binárias entre sexo e gênero foram também objetos de debates e disputas. Conforme mostram Heilborn e Rodrigues (2018), Judith Butler foi uma das teóricas responsáveis por denunciar que essa distinção permanecia inscrita em uma tradição cartesiana responsável por orientar a formação do pensamento ocidental. Aliada ao pensamento pós-estruturalista e questionando as asserções sobre a mulher enquanto categoria universal, Butler (1987) propôs uma desconstrução do corpo tido como “natural”. Para a filósofa, aceitar o sexo como um dado natural implicava em assumir o essencialismo das características corporais. Com o objetivo de escapar do binarismo identitário, a autora propõe três dimensões diferentes para se referir a corporeidade:

[...] sexo anatômico, aquele dado pela biologia; identidade de gênero, aquela que Beauvoir tratou como uma construção

social; e performance de gênero, sendo o elemento do performativo, aqui, aquilo que perturba as associações binárias sexo/gênero, sexo/performance, gênero/performance, e aponta para o caráter imitativo de todo gênero. (RODRIGUES, 2012, p. 151)

Essa desnaturalização da sexualidade foi acompanhada por um crescente fluxo de politização, que foi protagonizado, em grande parte, pelos movimentos feministas e LGBTQIA+. Como resultado da difusão dessa noção de “gênero”, passaram a surgir demandas por novas formas de socialização e de organização das instituições políticas e econômicas, as quais deveriam atender a essa perspectiva da sexualidade como constructo social. Será justamente como uma resposta a esse cenário de expansão dos debates e das políticas de gênero que nascerá o conceito de “ideologia de gênero”, se estabelecendo como uma forte oposição à abordagem das teorias sociais construcionistas sobre gênero e sexualidade. A intelligentsia católica será a principal porta voz dessa reação, de modo a considerar a noção de gênero como uma ameaça aos valores bíblicos e familiares.

Encontra-se uma versão predominante de que os ataques a gênero começaram no processo de elaboração da IV Conferência Mundial sobre Mulheres², mas, conforme mostra Corrêa (2018), há quem identifique a raiz dessa luta contra gênero na Conferência do Cairo³, realizada em setembro de 1994, ou até mesmo na Eco 92⁴, realizada no Rio de Janeiro. A discordância em

² A quarta Conferência Mundial sobre Mulheres: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz foi organizada pela Organização das Nações Unidas e realizada em Pequim durante os dias 4 e 15 de setembro de 1995. O evento contou com 189 governos participantes e mais de 5.000 representantes de 2.100 organizações não-governamentais.

³ Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994 onde contou com a participação de 179 países.

⁴ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra.

relação a origem desses ataques se dá devido ao fato dessas conferências terem acontecido em uma sequência intensa, onde a discussão sobre temas como reprodução, sexualidade e gênero foram sendo condensadas de maneira gradual. Assim, cada etapa dessas discussões suscitava novos movimentos de reação por parte das forças conservadoras.

Ainda segundo Corrêa (2018), nos debates oficiais da Eco 92 os temas como gênero, sexualidade e direito ao aborto não estiveram diretamente em pauta. As discussões que embasaram o documento final giraram em torno da definição clássica de igualdade entre sexos, a partir de questões prosaicas como o planejamento familiar e saúde reprodutiva. Em consequência da ausência de um debate sobre gênero e do silenciamento das pautas feministas na Conferência do Rio, as redes feministas presentes decidiram que seria crucial incidir sobre a construção da agenda da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)⁵, que estava programada para acontecer no Cairo em 1994.

Durante a trajetória de preparação para a Conferência do Cairo o termo “gênero” foi escrito pela primeira vez em um documento intergovernamental. Neste documento, além da legitimação do conceito de direitos reprodutivos e o reconhecimento do aborto como grave problema de saúde pública, como mostra Corrêa (2018), recomendou-se a prática de políticas universais de educação em sexualidade e afirmou-se a existência de múltiplas formas de família. Entretanto, paralelamente a esse processo, a Santa Sé e suas forças aliadas passaram a se ocupar com a tarefa de se posicionarem contra os avanços conquistados nessas conferências. Durante essa contraofensiva, as forças religiosas conservadoras começaram a se engajar na construção de uma

⁵ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), foi realizada no Cairo em setembro de 1994 e contou com cerca de 11 mil participantes, incluindo representantes de governos, das Nações Unidas, de organizações não-governamentais e dos meios de comunicação, sendo este o maior evento internacional sobre temas populacionais.

ideologia política reacionária que negava as múltiplas formas de famílias e o reconhecimento do aborto como problema de saúde pública.

Apesar dessas movimentações, a definição de sexualidade não foi incluída no texto final da CIPD, o que não excluiu o impacto causado pela organização das forças feministas nesse trajeto. Para Corrêa (2018), o documento estava impregnado pelas discussões sobre o sexo, de modo que era inegável que ocorresse posteriormente uma erupção dessa problemática. À vista disso, durante a preparação para a IV CMM houve um investimento significativo, principalmente em relação às redes internacionais de mulheres lésbicas, para garantir que a sexualidade não fosse novamente sufocada nos debates.

Por conseguinte, em 1995, durante a IV CMM “se reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutural e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727). Assim, ao longo da conferência a categoria de “gênero” se manteve no centro dos debates sobre o papel da mulher na sociedade, o que provocou uma forte reação dos setores religiosos conservadores. Corrêa (2018) mostra que, como resposta a esse quadro, a Santa Sé recorreu a uma declaração de reserva, onde defendia que o termo gênero deveria ser compreendido como fundamentado na identidade sexual biológica. Apesar da força dos setores conservadores, a Santa Sé não teve suas demandas atendidas, conseguindo apenas garantir, por uma pequena margem de votos, que o termo “orientação sexual” fosse excluído do relatório final.

Após a derrota nessa Conferência, a contraofensiva da Igreja Católica estaria centrada na ideia de combater a essa perspectiva de gênero, o que posteriormente seria difundido por todo conservadorismo religioso. Nesse percurso, o catolicismo passou a afirmar que a perspectiva de gênero era uma ferramenta de dominação ideológica usada pelas forças feministas, que

posteriormente seria configurado por Scala (2010) como um “sistema de pensamento fechado”⁶. Por meio de uma motivação reacionária aos avanços conquistados pelas lutas femininas travadas ao longo dessas conferências, lançou-se uma corrida contra gênero que começaria a modular gradualmente as definições do que conhecemos hoje pelo termo “ideologia de gênero”.

A “ideologia de gênero” e as forças políticas conservadoras

O fracasso político da Santa Sé foi certamente o motor que impulsionou o investimento nas ideias que sustentam a existência de uma “ideologia de gênero”, de forma que a noção de “gênero” passou a ser classificada como uma ameaça aos valores morais e familiares. A partir de então, o cristianismo iniciou uma corrida contra gênero que se alicerçaria na defesa da família nuclear tradicional e defenderia uma divisão estática e hierárquica entre os sexos. Assim, podemos dizer que essa formulação ideológica do conceito teve sua origem no seio da Igreja Católica, que, frente aos avanços conquistados pela difusão das perspectivas de gênero na década de noventa, se empenhou em estabelecer uma categoria política reacionária com a finalidade de reestabelecer uma ordem moral cristã.

Essa reação política teve sua consolidação através da construção de discursos conservadores, onde se direcionava um ataque às ideias feministas que tinham sido construídas nas últimas décadas. Um dos exemplos da construção desses discursos pode ser encontrado no livro *O Sal da Terra*, escrito pelo cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, em 1997. Conhecido posteriormente

⁶ Jorge Scala, em seu livro “Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família”, define o pensamento ideológico como um corpo doutrinal fechado, que possui pretensões de oferecer uma explicação a toda a realidade e que por isso oferece pautas de comportamento universais. Segundo o autor, esse tipo de pensamento parte de premissas não demonstradas e indemonstráveis e, a partir delas, deduz as consequências mediante raciocínios lógicos.

como Bento XVI, Papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, Ratzinger teve sua trajetória religiosa e acadêmica marcada por uma defesa sistêmica dos valores fundamentais absolutos através da doutrina e dos dogmas da Igreja Católica. No segundo capítulo de seu livro, denominado *Os problemas da Igreja Católica*, Ratzinger faz uma menção à negação da natureza biológica do sexo, indicando os problemas que a perspectiva de gênero, defendida pela ideologia do feminismo, poderia causar na sociedade.

Nesse trecho, o cardeal vai defender que a revolução contra os pressupostos biológicos do sexo provoca uma espécie de insurreição do homem ao se colocar contra os limites que leva consigo o ser biológico. Para Ratzinger, como o homem concebe que pode moldar a si mesmo, ele se opõe a ser criatura e se coloca como seu próprio criador, desconsiderando com isso a ideia de Deus. De acordo com Miskolci e Campana (2017), esse texto pode ser compreendido como uma reação direta à Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM) de 1995 e se constitui como um modelo de peça-chave da resposta político-discursiva contra os avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.

Além do livro de Ratzinger, existiram outras bases teóricas que buscaram contradizer os movimentos feministas e LGBTQIA+. Dentre essas bases podemos citar o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* publicado por Dale O’Leary nos Estados Unidos também no ano de 1997. Jornalista estadunidense pró-vida, O’Leary tornou-se mundialmente conhecida ao se empenhar em destacar em seu livro os supostos perigos do gênero. Nesse livro, a autora faz uma construção histórica do desenvolvimento das políticas de gênero no cenário internacional, onde defende que as feministas pregavam uma conspiração pela dissolução das famílias e pela destruição dos valores cristãos. De acordo com O’Leary, ao ignorar as diferenças entre os sexos, essas

feministas declaravam guerra à natureza humana e desestabilizavam a ordem moral.

É justamente através dessa obsessão moral que a luta contra a “ideologia de gênero” vai se tornar um eixo prioritário de ação política. Apesar dessas ações terem nascido no seio da Igreja Católica, elas se disseminaram por diversas outras instâncias da sociedade que se assemelhavam por terem um acentuado perfil de caráter religioso e conservador. Conforme indicam Miskolci e Campana (2017), dentre os empreendedores morais dessa luta contra gênero podemos encontrar tanto membros da Igreja Católica e de vertentes religiosas neopentecostais, quanto pessoas motivadas por razões éticas, morais ou política, que podem fazer parte da sociedade civil, atuar dentro de instituições ou até mesmo compor as instâncias governamentais.

No Brasil, essa noção de “ideologia de gênero” foi enraizada inicialmente a partir de teóricos vinculados ao catolicismo, porém, de acordo com os apontamentos de Aragusuku (2016), ao chegar no Congresso Nacional, esse pensamento alcançou de forma significativa as lideranças evangélicas. Conseqüentemente, a ideologia de gênero começou a se popularizar entre os seguidores do cristianismo e se tornou um emblema central do avanço do conservadorismo no Brasil. A partir de 2010, o termo “ideologia de gênero” ganhou maior visibilidade no cenário político com os tensionamentos sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual as forças políticas conservadoras, através do Congresso Nacional, exigiram a retirada das diretrizes sobre equidade de gênero e respeito a diversidade sexual. Os resultados da difusão dessa luta contra gênero começam a se apresentar na sociedade como uma ameaça aos valores democráticos e à diversidade humana, de modo a comprometer os princípios de laicidade do Estado e estimular a discriminação e violência contra minorias.

A “ideologia de gênero” como bandeira político-partidária no Brasil

Nos últimos anos o cenário político brasileiro tem sido palco de um expressivo debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Em decorrência desse fenômeno, temas como os direitos das mulheres e da população LGBTQ+ são frequentemente transformados em uma espécie de moeda de troca política. Seja pela declaração de apoio ou pela rejeição dessas temáticas de gênero, os candidatos políticos passam a moldar seus processos eleitorais baseados em uma possível correspondência com os ideários presentes no interior de seu eleitorado.

Em meio a essa corrida por correspondência, surge um forte apelo às questões morais, de forma que muitas vezes as reações de combate aos direitos sexuais e reprodutivos são pautadas na defesa dos “valores tradicionais”. Arquitetada preminentemente pelas forças políticas e por parlamentares que corroboram com uma ideologia religiosa cristã, a luta contra gênero tem utilizado como seu principal artifício a defesa da família tradicional, negando tudo que se configure contra esses valores morais. Mobilizada com a finalidade de suscitar a identificação da sociedade civil com as bandeiras políticas, esse apelo moral em defesa da família foi significativamente enaltecido em vários momentos das campanhas eleitorais. Esse fenômeno pode ser observado, sobretudo, se pensarmos na campanha presidencial de 2018, onde a luta contra gênero pautou-se como uma das principais estratégias discursivas do candidato Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal), sendo em grande parte a responsável por sua vitória no pleito eleitoral.

O que torna peculiar o caso brasileiro é a análise de como esse discurso contrário às políticas de gênero se espalhou no meio religioso e no campo político. Como apresentam Balieiro e Duque (2018), existiram dois momentos em que essa cruzada ganhou maior visibilidade no contexto nacional, os quais

contribuíram para que ela alcançasse traços de um pânico moral. O primeiro desses momentos girava em torno da sexualidade e foi marcado pela possibilidade de implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (PNPCDH-LGBT), ou, em outras palavras, daquilo que foi erroneamente assimilado pelas forças políticas conversadoras como “kit gay”. O segundo momento tinha uma relação mais direta com gênero e dizia respeito às tentativas de inclusão das diretrizes de combate à discriminação de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), que posteriormente seriam classificadas pelos agentes contrários como “ideologia de gênero”.

Em decorrência da Primeira Conferência Nacional LGBT, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (PNPCDH-LGBT), elaborado em 2009, surgiu como resultado das ações do programa Brasil Sem Homofobia. Coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o PNPCDH-LGBT, cumprindo com o objetivo de “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009), formulou um conjunto de materiais destinados à prevenção ao bullying homofóbico em escolas públicas. Esses materiais, produzidos pela ONG ECOS- Comunicação em Sexualidade, consistiam em um caderno para o educador, seis boletins voltados aos estudantes, um cartaz de divulgação do projeto, cartas de apresentação aos gestores e educadores e três vídeos educativos como guia de discussões.

Essa primeira tentativa coordenada pelo Governo Federal de abordar por meio do sistema de ensino público a questão da igualdade de gênero e do respeito às diversas formas de orientações sexuais, foi a fagulha de uma série de reações contrárias por parte do Legislativo brasileiro que continuariam mesmo

após a suspensão do programa, já no governo de Dilma Rousseff. Como mostra Romancini (2018), numa tentativa estratégica de criar um pânico moral na sociedade, esses materiais, foram pejorativamente apelidados pelos críticos contrários como “kit gay”. Inicialmente, essa reação foi estimulada pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (Partido Progressista do Rio de Janeiro), que por meio de um discurso realizado na Câmara dos deputados em maio de 2011, baseado em distorções e inverdades sobre o PNPCDH-LGBT, incitou uma onda reacionária de ativismo contra gênero. Ancorada em princípios morais e cristãos, ao travar uma dinâmica de reação aos direitos conquistados pela comunidade LGBTQIA+, a ação política contra gênero conquistou o apoio de grande parte dos candidatos evangélicos e estendeu-se até outros momentos de efervescência em que foi estrategicamente utilizada como bandeira político-partidária.

De modo mais específico, o termo “ideologia de gênero” passou a ser mobilizado com maior recorrência na Câmara dos Deputados a partir das discussões em torno da formulação do Plano Nacional de Educação (PNE). Apresentada em dezembro de 2010, a proposta inicial do PNE contemplava a inclusão de diretrizes sobre equidade de gênero e o respeito a diversidade sexual. No artigo 2º do Projeto de Lei Nº 8.035-B de 2010 o parágrafo III estabelecia a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2010). As discussões sobre a inserção dessas referências ao gênero e a orientação sexual fortaleceram a oposição entre os parlamentares, dos quais os contrários a essas diretrizes passaram a afirmar haver uma imposição da “ideologia de gênero” no sistema educacional. Nesse sentido, as discussões sobre o PNE funcionaram como um “estopim para que a “ideologia de gênero” se tornasse um perigo a ser combatido por esses atores” (TEXEIRA, 2019, p. 110). Em junho de 2014, O PNE foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff

em uma versão que retirava o termo gênero e orientação sexual do seu documento final, reeditando o parágrafo III do artigo 2º para: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014).

O ponto comum entre os eventos do PNPCDH-LGBT e do PNE, em que as forças políticas conservadoras alimentaram as falácias denominadas de “kit gay” e “ideologia de gênero”, está na evidenciação das dimensões políticas e religiosas em prol da “família tradicional brasileira”. Nessa evidenciação, está em jogo a construção de sujeitos subversivos que seriam enquadrados como inimigos da moralidade dominante e que por isso tentariam destruí-la através da “homossexualização de crianças, da libertinagem sexual e outros elementos.” (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018, p. 68). A produção das *Fake News*, a partir das distorções e inverdades do conteúdo dos projetos iniciais das duas propostas, foi uma das ferramentas mais utilizadas durante o processo de construção desse inimigo e permitiu que esse discurso alcançasse uma ampla gama de espectadores. Com isso, a luta contra gênero atingiu uma imensa visibilidade no cenário nacional, de modo que essa identificação ideológica foi sistematicamente utilizada para a conquista dos pleitos eleitorais.

O que temos então é que esse contexto de disputa política produziu a “ideologia de gênero” como algo supostamente ameaçador para a vida da nação. Assim, se estabelece uma lógica que busca justificar os sacrifícios de determinados elementos em prol de algo que pode ser compreendido como um bem maior. No cenário político brasileiro, esse “bem maior” corresponde à defesa moral em nome da família e da nação, de forma que há uma perpetuação da ideia de que as perspectivas de gênero seriam responsáveis por destruir esses pilares sociais e que por isso disseminariam um pânico moral aos cidadãos brasileiros. Como consequência, o sentimento de pânico moral é introduzido entre as pessoas para servir de ferramenta aos objetivos políticos

que moldarão as estruturas organizacionais da sociedade. Em meio as tramitações políticas, o termo “ideologia de gênero” se difundiu de forma mais efetiva na sociedade civil com as votações dos Planos Municipais de Educação. A partir desse momento, ainda que de forma confusa e distorcida, como afirmam Maranhão, Coelho E Dias (2018), a sociedade civil passou a participar e a se apropriar das discussões que envolviam o tema.

Essa popularização da “ideologia de gênero” ganhou um novo impulso durante as eleições de 2018, de modo que a pauta moral a acerca das discussões sobre gênero esteve no âmago das campanhas eleitorais. A campanha à presidência do candidato Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal) foi uma das protagonistas na retomada dessas discussões. Ao utilizar a estratégia de recuperar as polêmicas que envolviam o “kit gay” e a “ideologia de gênero”, o ex-candidato do PSL fez uma apropriação de todo o pânico moral que pairava sobre a sociedade e conseguiu, com isso, obter grande êxito entre as camadas mais conservadoras.

A categoria de “ideologia de gênero”, portanto, passa a ser utilizada como estratégia política que visa promover uma espécie de apelo moral entre os eleitores. Entretanto, como apontam Carvalho e Polizel (2018), o uso político-partidário dessa ideologia acarreta consigo uma rede difusa de discursos totalitários, dogmáticos e fascistas que desestabilizam toda a pauta de direitos das mulheres e toda a tentativa de dar voz às alteridades sexuais e às diferenças. Assim, a suposta luta contra gênero no campo político se apropria de um apelo moral e religioso que ameaça não só os direitos sociais, mas que impõe uma forma de organização da sociedade baseada nos princípios normativos das classes dominantes.

Considerações finais

Podemos dizer que a luta contra gênero esteve desde de sua origem imbricada a uma contraofensiva dos setores conservadores em relação aos avanços alcançados pela difusão das perspectivas de gênero. Assim, o presente artigo visou demonstrar como o conceito de “ideologia de gênero” se estruturou a partir de uma resposta da Intelligentsia Católica às conquistas obtidas pelas políticas de gênero, principalmente no que diz respeito aos resultados políticos da IV CMM, realizada em Pequim.

Se por um lado a década de 90 foi marcada por uma grande intensificação dos debates sobre temas como reprodução, sexualidade e gênero, por outro, ela esteve impregnada pela reação dos setores conservadores da sociedade que tentavam defender, com base em princípios morais, a identidade biológica e o caráter estratificado e hierárquico da divisão entre os sexos. Essa reação, pautada sobretudo em valores bíblicos e familiares, criou, por meio de respostas político-discursiva contra os avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, a imagem de um inimigo a ser combatido e difundiu entre a sociedade civil a ideia da existência de um pânico moral.

No Brasil, as forças políticas conservadoras encontram nesse cenário de pânico um terreno fértil para suscitar a correspondência com o eleitorado, de modo a se apropriarem de uma atmosfera de medo para promoverem a “ressureição” do conservadorismo político e moral. Entretanto, essa lógica de combate ao inimigo, protagonizada na maioria das vezes através de discursos totalitários, fascistas e dogmáticos, colocou e segue colocando em questão o exercício de princípios democráticos básicos. Através de pautas morais e religiosas, a luta contra gênero, compromete os ideais de laicidade do Estado, ameaçando o exercício dos direitos sociais e a existência das diferenças. A “ideologia de gênero” se insere, portanto, em um quadro ascensão conservadora que, por meio da afirmação dos paradigmas cristãos e patriarcais de sexualidade, impede a reformulação das normas e hierarquias sexuais.

Aceitar a inclusão de uma perspectiva de gênero significa, nesse sentido, reconhecer a necessidade de interferir sobre a organização do sistema político, buscando com isso moldes mais abrangentes e inclusivos de representação social.

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, Henrique Araujo. **A “ideologia de gênero” como estratégia político-sexual e a reação do conservadorismo no brasil**. VII congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero, 23 a 25 de novembro de 2016.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica**. Almanack braziliense, São Paulo, n. 07, maio, 2008, p. 47-55. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i7p47-55>

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei N.º 8.035-C, de 2010**. Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei N.º 8.035-B, de 2010, que "Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências". Brasília, 2010.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, J. **“Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault”**. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

CARVALHO, Fabiana Aparecida De; POLIZEL, Alexandre Luiz. **O Escola Sem Partido e o discurso sobre uma possível “ideologia de gênero”**. Inter-Ação, Goiânia, v. 43, n.2, p. 600-614, mai./ago. 2018. <https://doi.org/10.5216/ia.v43i2.48954>

CORRÊA, Sonia. **A “política do gênero”: um comentário genealógico.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, 13 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530001>

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. **Gênero: breve história de um conceito.** APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação, Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 9-21, jul./dez. 2018. <https://doi.org/10.22481/aprender.v0i20.4547>

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. **“Fake news acima de tudo, fake News acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”.** Revista Eletrônica Correlatio, São Bernardo do Campo, v. 17, n. 2, p. 65-90, dez. 2018. <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 32, n. 3, p. 724-747, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

O’LEARY, Dale. **The Gender Agenda: Redefining Equality.** Vital Issues Press, Luisiana, 1997.

RATZINGER, Joseph. **O Sal da Terra: O cristianismo e a Igreja Católica no século XXI.** Um Diálogo com Peter Seewald. Imago, Rio de Janeiro, 1997.

RODRIGUES, Carla. **Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida.** Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n.10, abr., 2012, p. 140-164. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000400007>

ROMANCINI, Richard. **Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil.** Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, ago./nov., 2018, p. 87-108. <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i2.1102>

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família.** Editora Artpress, São Paulo, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **"Ideologia de gênero"? As reações à agenda política de igualdade de gênero no congresso nacional.** 169 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2019.